

REVISTA SEMESTRAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS

MONUMENTO



DA SRS

CATIVO



L

C

C

F

A

b

d

q

á

t

d

r

o

P

p

m

ci

ai

G

M

ac

ci

pe

Es

in

qu

da

•

•

A Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho de Lisboa

Francisco da Silva Dias

As circunstâncias especialmente dramáticas que em 7 de Novembro de 1996 deram origem à recuperação do edifício dos Paços do Concelho de Lisboa – um incêndio rapidamente propagado que destruiu a cobertura e dois pisos superiores, as toneladas de água lançadas sobre o fogo e os danos que causaram nos restantes pisos, incluindo o andar nobre e, ainda, a chuva que nos dias seguintes caiu sobre as ruínas desprotegidas – determinaram as características das decisões que guiaram projectos e obras.

Poucas horas depois de extinto o incêndio, a Câmara, presidida pelo Dr. João Soares, deliberou que o edifício fosse exclusivamente ocupado pelos órgãos representativos do executivo municipal, vereação e presidência, transitando todos os serviços que aí se localizavam para instalações em construção no Campo Grande.

Manter-se-ia igualmente na Praça do Município a realização de actos públicos da administração, como o atendimento aos munícipes, exposições, cerimónias e sessões camarários que tivessem participação da população.

Esta decisão foi acompanhada de outras já com a presença de intervenientes e responsáveis pelas operações de recuperação, em que se entrecruzavam factores vindos da política, da cultura e da técnica, como sejam:

- que o novo edifício seria suporte da Arte Pública e aberto à população;
- que nas áreas afectadas pelo incêndio susceptíveis de restauro este se faria com fidelidade à sua contemporaneidade;

- que, se durante os estudos ou a execução da obra se verificasse ser possível fazer voltar o edifício à sua traça original, alterada ou oculta por intervenções posteriores, se procederia à sua restituição;
- e ainda, que todas as intervenções de “obra nova” se fariam com o recurso a desenho de carácter contemporâneo e a tecnologias actuais compatíveis com as características da construção existente.

Por outro lado, o valor simbólico do edifício em relação à história da cidade, como local onde fora proclamada a República, impôs a decisão de concluir a sua recuperação antes do dia 5 de Outubro de 1997.

Esta deliberação obrigou a tarefas de coordenação e ritmos de trabalho que, sem afectarem a qualidade da obra, vieram a revelar-se eficazes na responsabilização das intervenções e na eliminação de pontos mortos ou inúteis na cadeia de decisões.

O contexto referido tocou, inclusivamente, a metodologia adoptada para as tarefas de projecto.

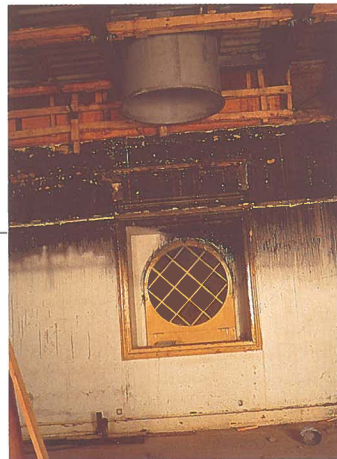
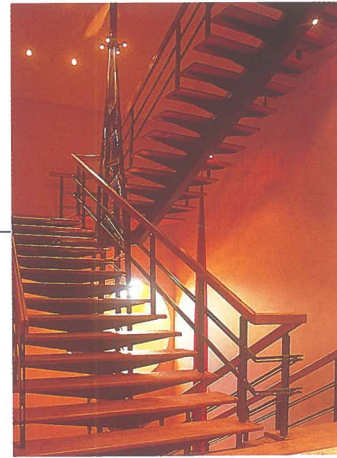
Foi utilizado aquilo que na gíria do processo veio a ser chamada “uma atitude renascentista” – sob uma ideia global expressa num projecto coordenador e integrante, intervenções confiadas a diversos arquitectos e artistas plásticos, seguindo métodos e tendências próprios. Processo que aliás o edifício já albergara ao longo da sua história e que antevendo-se difícil, acabou por se revelar fiável e eficaz.

O Projecto Geral ocupar-se-ia de transpor as opções políticas, culturais e funcionais para a caracterização do espaço interno e



Na página anterior
Escada Sul e *arrière-voussure*.

① — Átrio Principal e Sala de Recepção do Público.



- 2—Salão Nobre após o restauro – de notar a presença discreta que assumiram as instalações de ar condicionado e segurança.
- 3—Escada Norte.
- 4—Pormenor da Escada Norte.
- 5—Aproximação à Escada Sul através da galeria do andar nobre.
- 6—Galeria de Vereadores após o incêndio e início da instalação dos "canhões de luz".
- 7—Galeria dos Vereadores após a recuperação.
- 8—Sala de Estar dos Vereadores – varandim e acesso à "açoteia".

imagem exterior, incluindo o arranjo da Praça do Município, de intervir nas opções a serem tomadas no que se refere à estabilidade do edifício, à instalação de especialidades e aos critérios de restauro, na medida que haveria de gerir incompatibilidades e adquirir consensos.

Foi, ainda, especialmente propositivo naqueles primeiros aspectos no que se refere a uma característica dominante da arquitectura portuguesa do virar dos séculos XIX e XX, o facto de nos edifícios, quer públicos quer domésticos, o primeiro andar, o nobre, ser carregado de símbolos de prestígio enquanto o rés-do-chão se via remetido para funções predominantemente funcionais e os pisos superiores seriam, quase invariavelmente, de confrangedora pobreza. Assim se passava nos Paços do Concelho e o primeiro objectivo do Projecto Geral foi tentar distribuir igual qualidade ambiental e dignidade por todo o seu interior. Apresenta o edifício, paralelamente com aquela característica, uma notável organização de génese estrutural com expressão espa-

cial oculta até há pouco e que o incêndio e as obras de recuperação permitiram revelar.

A construção sujeita-se a um traçado regulador constituído por três quadrados homotéticos que são paredes mestras, estruturantes, o interior dos quais suporta o zimbório, os janelões e o lanternim que iluminam superiormente a escadaria central.

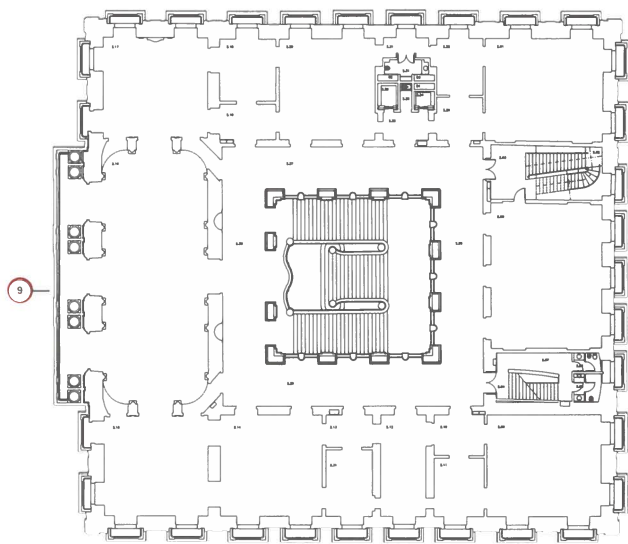
Acrescentos e malfetorias haviam sufocado a permeabilidade visual que o esquema permitiria e que o Projecto Geral tentou recuperar. Assim, um dos objectivos da intervenção foi dotar o edifício de perspectivas sobre si mesmo.

O antigo átrio de entrada, limitado por duas portas entaipadas, expandiu-se e ganhou perspectivas que vão de um lado ao outro do edifício. A galeria, que ao nível do 3.º piso define o quadrado intermédio, abriu-se sobre a escadaria principal, espaço nuclear do edifício, através da desobstrução de uma série de óculos há muito entaipados e fornece agora aos utentes do edifício perspectivas ao jeito de Piranesi.

Restituiu-se à cobertura a traça original, ao libertar o edifício da mansarda projectada em fins do século passado e construída em meados do actual e de todos os acrescentos posteriores, abrindo-se a possibilidade de dotar essa galeria de luz zenital natural. Satisfez-se, assim, o objectivo que visava colocar todo o espaço interno em níveis de igual dignidade.

Esse mesmo objectivo se procurou alcançar nas duas escadas que a norte e a sul do edifício fazem fluir o espaço entre o 1.º andar (nobre) e o 2.º andar.

Duas equipas distintas de arquitectos e artistas plásticos ocuparam-se das tarefas de as redesenhar.



9 — Planta do piso 2.

Condições estruturais e programáticas diversas determinaram atitudes diferentes por parte dos projectistas. A escada norte impunha-se leve por a estrutura abobadada do tecto do arquivo histórico sobre a qual pousaria não aceitar sobrecargas adicionais, a do sul deveria servir todos os pisos e constituir caminho de fuga para o exterior. Por isso, a escada norte, de ferro e madeira, estruturada, solta e transparente, desenrola-se à volta de um elemento escultórico fusiforme que alcança triplo pé-direito. O enquadramento parietal é esculpido e colorido. A escada sul exhibe uma arquitectura de massa, lances de pedra em torno de um austero septo de lioz onde se ocultam luzes que iluminam o tecto ondulante que evoca em tons quentes caixões de igreja.

As paredes brancas, estucadas, marcam no guarda-chapim o sentido ascendente através de focos de fibra óptica e consentem que uma *arrière-voussure* traga o céu e a luz do nascente para dentro do edifício.

Diferentes na concepção e desenho as duas escadas irmanam-se no diálogo que estabelecem de forma diferente com o átrio central e a escadaria. A primeira, a norte, harmoniza-se com a exuberância decorativa que cobre as paredes e tectos daquele espaço, a segunda pede-lhe emprestada a austeridade da pedra. É ainda a pedra o material protagonizante da Galeria dos Vereadores no 3.º piso e o tema de toda a composição vem dos óculos que se abrem para o átrio e para a escadaria principal agora rebatidos para os pavimentos ou aí redesenhados pelos canhões de luz do tecto.

A Sala de Estar dos Vereadores, a que a galeria dá acesso, cumpre igualmente a missão de, cinematograficamente, fazer o edifício descobrir-se a si próprio. Poliambienta, a sala desdobra-se em perspectivas que vão do 3.º piso à cobertura.

O tecto curvo convida a olhar o céu e o zimbório, restaurado em cobre, rutilante, visto das colinas da cidade como a 5.ª fachada do município renascido.

Uma escada cilíndrica, de rigoroso traçado, escultórica, liga os dois níveis e dá acesso à açoteia que torna a cobertura, ela também, espaço público.

Francisco da Silva Dias
Arquitecto

Fotografias de José Manuel Costa Alves

FICHA TÉCNICA DE ARQUITECTOS E ARTISTAS PLÁSTICOS INTERVENIENTES NA RECONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE LISBOA

Francisco da Silva Dias,	Projecto Geral de Arquitectura, coordenação da obra, projecto da escada sul, da reconstrução da cobertura e dos gabinetes dos vereadores.
Daciano Costa	Arquitectura de interiores do átrio principal, recepção do público, Passos Perdidos, sala de exposições, sala das sessões públicas; mobiliário da sala de sessões públicas e do gabinete do presidente.
Nuno Teotónio Pereira	Projecto da galeria dos vereadores do 3.º piso.
Manuel Tainha	Projecto da sala de estar dos vereadores.
João de Almeida	Projecto da escada sul, sala de jantar e cozinha.
Ana Silva Dias (da CML)	Acompanhamento da obra, escolha do mobiliário moderno e restauro do antigo, recuperação do arquivo histórico.
Fernando Conduto	Desenho dos pavimentos das salas de recepção do público e dos Passos Perdidos; escultura do busto da República na sala das sessões públicas.
António Charrua	Quadros das salas de recepção do público e dos Passos Perdidos.
Maria Velez	Quadros da sala de sessões públicas.
Sá Nogueira	Quadros da sala de sessões públicas.
Pedro Silva Dias	Desenho do balcão e das cadeiras da sala de recepção do público.
Pedro Calapez	Pintura do tecto da escada sul.
Jorge Martins	Pinturas e esculturas da escada sul e da casa de jantar da presidência.
Julião Sarmento	Desenho da carpete do gabinete do presidente.
Irene Buarque	Desenho do pavimento da galeria do 3.º piso e das esculturas dessa galeria e da escada sul.
Helena Almeida	Fotografias nas portas dos gabinetes dos vereadores do 3.º piso.